



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
Pregão Presencial nº 045/2022

Processo nº 2022.201.000195-6-PR
Data: 25/04/2023

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 69
	Rubrica:
Processo Nº	

Pregão Presencial nº 045/2022

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-2073 / 98175-0911, através da Secretaria Municipal de Defesa Civil, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o nº 045/2022 para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (dez horas) do dia 05 de junho de 2023, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da

empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a **prestação de serviço de Locação de Sistema Digital de Radiocomunicação operando em Arquitetura Multisítio DMR (Digital Mobile Rádio) para atender as necessidades das equipes operacionais da Defesa Civil e dentre outras, nas comunicações de voz sem fio, em todo o território do Município de Campos dos Goytacazes, inclusive nas áreas rurais e regiões limítrofes com os municípios vizinhos, compreendendo o fornecimento de equipamentos sob o regime de comodato, serviços de instalação, serviços de capacitação operacional e serviços especializados de licenças e serviços de assistência técnica, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:



Comissão	Fis.
de	73
Liberação	Assinatura:
Processo nº	

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

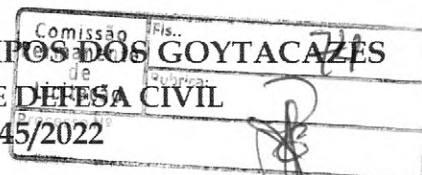
5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;



6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e da declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as

empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subseqüente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço global**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "**HABILITAÇÃO**" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do subitem 7.6 e seguintes.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas

apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.10- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.12- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.13- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.14.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.14.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1- O Balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo

ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.1.2 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final efetivamente vencido pela empresa.

8.3.5- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.5.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.

8.3.5.2 - Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.5 e 8.3.6, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.6- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.6.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Poder Judiciário, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 A licitante deverá atender as exigências elencadas no item 33 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela Secretaria Municipal de Defesa Civil.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. **Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.**

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar

e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso no serviço objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo código correspondente, relativo ao Programa de Trabalho nº 04.122.0095.2003, pela Natureza de Despesa nº 339039.

12- DAS CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- O prazo total para a prestação dos serviços objeto deste Pregão será de 12 (doze) meses.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço a ser emitida pela Contratante.

12.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.2- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1 - O licitante vencedor desta licitação terá que executar o serviço de acordo com especificações do Termo de Referência.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, quando contratado, será executado de forma indireta em regime de empreitada por preço unitário.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

13.2 - A Contratada deverá, conforme previsto no item 37 do Termo de Referência, fornecer em seu nome a Autorização ou Outorga emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, de Serviço Limitado Privado - Prestação a terceiros - Licenças SLP e as suas respectivas frequências válidas para a operação no Município de Campos dos Goytacazes - RJ, como condição para assinatura do contrato.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

15- DO VALOR

15.1 - Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 132.476,00 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais).

16- DO PAGAMENTO

16.1 - Pelo serviço objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total que vier a ser pactuada, de forma parcelada, em moeda corrente nacional até o 30º (trigésimo) dia da data de apresentação da respectiva nota fiscal/ fatura, conforme cronograma de execução previsto no Termo de Referência para cada lote.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo do Geral.

16.3 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

16.4- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa da Contratante será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.5- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Defesa Civil.

16.6- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.7- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.



16.7.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

16.8- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17 - DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável pelo período de 12 meses.

17.2 - Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser adotado índice oficial divulgado pelo Governo Federal.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
Pregão Presencial nº 045/2022

Comissão Permanente de	Fis. 89
Assinatura: [assinatura]	

Processo nº 2022.201.000195-6-PR

Data: 25/04/2023

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 25 de abril de 2023.

ALCEMIR

PASCOUTTO DA

ROCHA:67762433791

Assinado de forma digital
por ALCEMIR PASCOUTTO
DA ROCHA:67762433791
Dados: 2023.05.24 12:30:18
-03'00'

Alcemir Pascoutto da Rocha
Secretário Municipal de Defesa Civil

Alcemir Pascoutto da Rocha
Secretário Municipal de Defesa Civil
Matr.: 40.314

Anexo I - Proposta Comercial

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificações do item 10 do Termo de Referência)	Und	Qtd	Valor Unitário em Algarismo (R\$)	Valor Total em Algarismo (R\$)
1	Rádio Portátil com Licença de Roaming (troca de canais), Licença Trunking, com acessórios (1 bateria, carregador, capa e clip) - UHF/FM.	Unid	15		
2	Bateria para rádio portátil.	Unid	15		
3	Rádio Estação Fixa com Licença Trunking, com acessórios (cabos, conectores, fonte de alimentação, antena) - UHF/FM.	Unid	01		
4	Rádio Veicular com Licença de Roaming (troca de canais), Licença Trunking, com acessórios (cabos, conectores, base magnética, antena, microfone) - UHF/FM.	Unid	09		
5	SERVIÇOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO - assinatura mensal dos serviços de radiocomunicação que compreende a instalação, operação e manutenção de toda infraestrutura necessária para o funcionamento da rede de comunicação, composta pelos sites de repetição.	Unid	25		
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS R\$					
VALOR TOTAL POR EXTENSO R\$					

O preço acima considera todas as exigências e especificações técnicas contidas no Edital e no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 045/2022, e ainda, todos os custos com mão-de-



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
Pregão Presencial nº 045/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 97
Data: 25/04/2023	

Processo nº 2022.201.000195-6-PR

Data: 25/04/2023

obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o serviço.

A validade e condições desta proposta são de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 045/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante



Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E A
EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 29.116.894/0001-61, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor _____, Secretário Municipal de Defesa Civil e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 045/2022**, ajustam entre si o presente contrato, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei nº 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº **2022.201.000195-6-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a prestação de serviço de Locação de Sistema Digital de Radiocomunicação operando em Arquitetura Multisítio DMR (Digital Mobile Rádio) para atender as necessidades das equipes operacionais da Defesa Civil e dentre outras, nas comunicações de voz sem fio, em todo o território do Município de Campos dos Goytacazes, inclusive nas áreas rurais e regiões limítrofes com os municípios vizinhos, compreendendo o fornecimento de equipamentos sob o regime de comodato, serviços de instalação, serviços de capacitação operacional e serviços especializados de licenças e serviços de assistência técnica, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:



- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2022.201.000195-6-PR e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

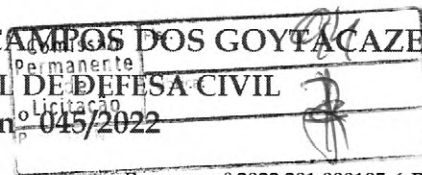
A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 045/2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) executar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;



- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a realização do serviço, objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. _____ e pela Natureza de Despesa N.D. _____, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável pelo período de 12 meses.

Parágrafo Primeiro: Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser adotado índice oficial divulgado pelo Governo Federal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;



- b) Paralisação do serviço sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da CONTRATADA;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo total para a execução dos serviços, objeto deste contrato, será de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo contratual poderá ser prorrogado desde que observados os termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 045/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2022.201.000195-6-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Contratante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Contratada:

Testemunhas:



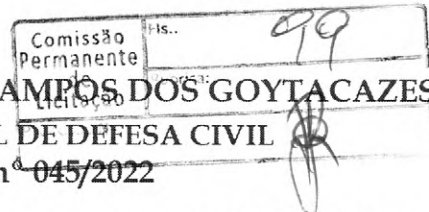
Anexo III - Carta de Credenciamento (Modelo)

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº
....., a participar da Licitação instaurada pela **SECRETARIA
MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 045/2022**,
supra-referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes
para pronunciar-se em nome da empresa, **bem como
formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar
contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.**

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa com firma reconhecida



Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 045/2022

.....

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2023.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

....., (nome da empresa) CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2022**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa



Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 045/2022

.....(razão social do
licitante) com endereço na..... inscrita no CNPJ/MF sob o número
..... vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena
de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar**
que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e
Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei
Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e
não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida Lei
Complementar, sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.

() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta
até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de
2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei
11.488/07.

Em de de 2023.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
Pregão Presencial nº 045/2022

Comissão	102
Permanente	
Licitação	

Processo nº 2022.201.000195-6-PR

Data: 25/04/2023

ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Permanente de Licitação	Nº...
	103
	Assinatura: [assinatura]
	22

SISTEMA DIGITAL DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO

1- Introdução

O Município de Campos dos Goytacazes, através da Secretaria Municipal de Defesa Civil, dentro das atribuições conferidas na busca pelo aperfeiçoamento tecnológico e, diante da necessidade urgente de melhoria e integração das comunicações das Unidades Operacionais da Defesa Civil e demais departamentos, para o desenvolvimento de suas atividades e fins, apresenta o presente documento que reúne as condições mínimas aceitáveis para instruir o processo licitatório com seu respectivo projeto básico para a contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviço de Locação de Sistema de Radiocomunicação Digital protocolo aberto DMR (Digital Mobile Rádio), para uso das equipes operacionais da Defesa Civil nas comunicações de voz sem fio, podendo operar com até 04 grupos de conversação simultâneos, compreendendo fornecimento de equipamentos em comodato, serviços de instalação, serviços de capacitação operacional e serviços especializados de licenças, com garantia e assistência técnica durante a vigência do Contrato.

A ideia central deste projeto é modernizar e incrementar as condições de comunicações por voz das atividades dos profissionais, colocando à disposição, equipamentos e sistemas capazes de atender à demanda em referência.

Para que se possa atingir um nível razoável de eficiência nas Unidades operacionais Defesa Civil e dentre outros se faz premente a implementação de uma política de valorização do profissional, seguida de capacitação, além de aparelhamento em diversos níveis, com fito de conferir aos profissionais, maior sensação de bem-estar, segurança e melhores condições de prestar um serviço de excelência à população do Município de Campos dos Goytacazes.

Com o objetivo de estabelecer a redução do tempo de resposta nas ocorrências cotidianas, o projeto em questão objetiva a oferta de equipamentos e serviços de radiocomunicação modernos e que atenda a legislação da ANATEL vigente.

A Secretaria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes busca através desta meta:

- a) Suprir as equipes operacionais com equipamentos de radiocomunicação modernos e eficazes;
- b) Comunicação de voz digital atendendo a legislação vigente da ANATEL;
- c) Segurança nas Comunicações, com uso de equipamentos modernos dotados de encriptação das comunicações de voz, impedindo desta forma a interceptação das comunicações, ferramenta indispensável para o uso das equipes na região;
- d) Modernização Tecnológica do parque de equipamentos de radiocomunicação;
- e) O projeto aqui apresentado para locação e a solução de Radiocomunicação Digital DMR tem por objetivo a modernização tecnológica das comunicações de voz sem fio das equipes operacionais atrelado à modernização gerencial, técnica e operacional, em conformidade com que há de atual em tecnologia.

A execução deste objeto assegurará a implantação de um empreendimento compatível com as atuais necessidades, abrindo novas possibilidades para futuras adequações e expansões inerentes às evoluções das atividades de competência dos órgãos envolvidos.

2- DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste Termo Referência a contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviço de Locação de Sistema Digital de Radiocomunicação operando em **Arquitetura Multisítio DMR (Digital Mobile Rádio)** para atender as necessidades das equipes operacionais da Defesa Civil e dentre outras, nas comunicações de voz sem fio, em todo o território do Município de Campos dos Goytacazes, inclusive nas áreas rurais e regiões limítrofes com os municípios vizinhos, compreendendo fornecimento de equipamentos sob o regime de comodato, serviços de instalação, serviços de capacitação operacional e serviços especializados de licenças e serviços de assistência técnica durante a vigência do contrato, conforme as condições contidas neste Termo de Referência, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme Inciso IV do Artigo nº 57 da Lei nº 8.666/1993.

2.2 - Os equipamentos e serviços, de Radiocomunicação Digital objeto deste certame, deverão cumprir o padrão aberto DMR (Digital Mobile Rádios), sob protocolo digital ETSI-TS-102-361, com Vocoder AMBE+2 e chave de criptografia com no mínimo 250 códigos, como medida de segurança, operando no espectro de radiofrequência dentro da sub faixa de frequência de UHF/FM de 430 a 470 MHz com espaçamento de canais de 12,5 KHz conforme a Resolução **ANATEL nº 558, de 20 de dezembro de 2010**, de acordo com o anexo C, utilizando-se de canais duplex com "offset" entre transmissão (TX) e recepção (RX) de 10,0 MHz e método de acesso em TDMA (Time-division Multiple Access ou Acesso Múltiplo por Divisão de Tempo), em pleno funcionamento, para uso nas comunicações de voz operacionais sem fio, entre seus agentes de campo, entre as diversas unidades e entre estes e a Central de Atendimento e Despacho de cada órgão.

2.3 - Caberá à CONTRATADA o fornecimento e garantia dos equipamentos, das instalações, dos serviços de configuração, da ativação e manutenção.

2.3.1 - A cobertura eletromagnética do Sistema de Radiocomunicação Digital deverá atender as necessidades de comunicação para o suporte do desempenho das operacionalidades da Secretaria Municipal de Defesa Civil, que deverá oferecer cobertura na área central de Campos dos Goytacazes, inclusive na área rural e toda a extensão e limites do Município para tanto, os locais destinados aos do serviço de radiocomunicação com infraestrutura elétrica, aterramento e torre metálica com para-raios e balizamento noturno, serão de responsabilidade da CONTRATADA, isentando a Contratante de qualquer ônus.

2.3.2 - A licitante vencedora deverá no prazo de 15(quinze) dias apresentar o Estudo Técnico de cobertura eletromagnética dos pontos e efetuar teste com os equipamentos móveis e portáteis em toda a extensão e limites do Município de Campos dos Goytacazes, podendo a mesma ser desclassificada caso não atenda as exigências editalícias.

2.3.2.1 - A cobertura de rádio será provida em todas as áreas geográficas definidas pela CONTRATANTE, através dos sítios instalados e mantidos pela CONTRATADA.

2.3.2.2 - Todos os terminais (fixos, móveis, portáteis e repetidores) deverão ser do mesmo fabricante garantindo a interoperabilidade do sistema e padronização.

2.3.2.3 - O prazo da garantia e assistência técnica deverá ser durante toda a vigência do Contrato de locação.

2.3.2.4 - O prazo de entrega e implantação não poderá ser superior a 15 dias úteis após a emissão da Ordem de Execução de Serviços a ser emitida pela Secretaria de Defesa Civil.

3 - DOS CRITÉRIOS

3.1 As especificações técnicas dos serviços e equipamentos foram especificadas conforme as



finalidades a que se destinam, para manter a padronização de fornecedores, fabricantes e utilização;

3.2 Modalidade da Licitação: Pregão Presencial;

3.3 Será considerada vencedora do certame a LICITANTE que ofertar o menor preço global.

4 DOS RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

4.1 Possibilitar à Secretaria Municipal de Defesa Civil e demais órgãos, **um meio de comunicação seguro e eficiente, com interação total de seus membros, para desenvolvimento das ações;**

4.2 Garantia de disponibilidade e segurança na comunicação;

4.3 Rapidez no atendimento de demandas que necessitem de novos serviços agilizando a implementação dos mesmos;

4.4 Maior disponibilidade dos serviços e recursos que dependem da solução a ser fornecida pela CONTRATADA;

4.5 Alinhamento com as ações institucionais viabilizando soluções que agreguem valor à missão da Prefeitura de Campos dos Goytacazes;

4.6 Adequação das necessidades da Secretaria de Defesa Civil e suas Coordenadorias e Departamentos.

5 DA MOTIVAÇÃO

5.1 A comunicação é fator primordial para o perfeito funcionamento e desenvolvimento de atividades e tomada de decisões em tempo real frente às necessidades diárias nas ações relacionadas à segurança da população, resposta à eventos de risco as estruturas civis, gerenciamento de riscos, ações de prevenção e etc.

5.2 A solução a ser contratada possibilitará a Defesa Civil ter ferramentas, mecanismos e soluções para o alcance dos objetivos propostos acima.

6 DO PLANO DE SUSTENTAÇÃO

6.1 O presente Termo tem por escopo a definição dos softwares, equipamentos, recursos materiais e humanos necessários a sustentabilidade para realização dos serviços, devendo a CONTRATADA transferir, além dos itens adquiridos, o conhecimento básico necessário ao MUNICÍPIO para uso da solução (software e hardware) garantido sua continuidade operacional;

6.2 Recursos Materiais: Não são necessários recursos adicionais aos itens contratados;

6.3 Recursos Humanos: A Defesa Civil deverá destinar recursos humanos para operação e gerência da solução, mediante ao treinamento que será realizado.

7 DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

7.1 Este Termo vem sendo desenvolvido desde março de 2022, por meio de levantamentos técnicos dos atuais sistemas de comunicações ofertados no mercado;

7.2 Com esta contratação será oferecida à Defesa Civil, os meios necessários para solucionar os problemas e cenários descritos nos itens anteriores, não apenas acompanhando a evolução natural do mercado, mas, simultaneamente, garantindo maior agilidade ao feixe de necessidades da Defesa Civil, permitindo a referida focar nas estratégias, metas e objetivos, a fim de permitir a melhoria dos processos, produtos e serviços prestados;

7.3 A Defesa Civil busca com este documento:

- Implementar uma solução tecnológica para suportar a crescente maturidade em políticas públicas;
- Utilizar tecnologias e melhores práticas de mercado que visam o Gerenciamento dos Serviços.

8 DOS BENEFÍCIOS ALMEJADOS

8.1 Institucional: Aumento da satisfação dos usuários com os sistemas de comunicações, serviços e soluções providas, gerenciadas e mantidas pela Defesa Civil.

8.2 Operacional: Atender os requisitos de desempenho através da comunicação, dentro dos níveis de serviços e prioridades acordados com a atividade-fim da Prefeitura de Campos dos Goytacazes -RJ.;

8.3 De segurança da informação: Garantir nível adequado de segurança, relativamente à integridade e disponibilidade do canal de comunicação/informações manipulados e transmitidos no ambiente tecnológico da Prefeitura de Campos dos Goytacazes - RJ.

9 DA LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS

9.1 - O Sistema de Radiocomunicação Digital deverá atender as normas e códigos aplicáveis ao objeto desta contratação, sendo que as especificações da ANATEL, ABNT e a legislação vigente dos órgãos de Administração Pública competentes, serão consideradas como elementos de referência para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos.

9.2- Nos casos omissos, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos e/ou entidades internacionais reconhecidos publicamente como referências técnicas, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais que compõem a solução ofertada.

9.3 - De forma específica deverão ser observadas as seguintes normas e legislações:

9.3.1 - **Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009:** Dispõe sobre os limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos;

9.3.2 - **Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003 (ANATEL):** Aplicação de Sanções Administrativas.

9.3.3 - **Lei nº 9.472, 16 de julho de 1997:** Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação de funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional Nº 08, de 1995;

9.3.4 - **Resolução nº 398, de 23 de março de 2010:** Regulamenta a Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;

9.3.5 - **Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000 (ANATEL):** Regulamento para Certificação de Homologação de Produtos para Telecomunicações;

9.3.6 - **Resolução nº 303, de 02 de julho de 2002 (ANATEL):** Aprova o Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9kHz e 300GHz;

9.3.7 - Resolução nº 635, de 09 de maio de 2014 (ANATEL): Aprova o regulamento sobre Autorização de Uso Temporário de Radiofrequência;

9.3.8 - Resolução nº 506, de 1º de julho de 2008 (ANATEL): Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita;

9.3.9 - Resolução nº 548, de 08 de novembro de 2010 (ANATEL): Regulamento para Avaliação de Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências.

10 DO QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

10.1 Deverá ser rigorosamente observada às especificações dos equipamentos, objeto desta licitação, respeitando-se os requisitos mínimos exigidos, sem preferência de marcas; serão aceitos produtos e serviços com especificações iguais, similares ou superiores, observando, no entanto, o exclusivo critério de julgamento pelo menor preço;

Sistema de Radiocomunicação Digital DMR		
Item	Quantidade	Descritivo
01	15	Rádio Portátil com Licença de Roaming (troca de canais), Licença Trunking, c/ acessórios (1 bateria, carregador, capa e clip) – UHF/FM
02	15	Bateria p/ rádio portátil
03	01	Rádio Estação Fixa com Licença Trunking, c/ acessórios (cabos, conectores, fonte alimentação, antena) – UHF/FM
04	09	Rádio Veicular com Licença de Roaming (troca de canais), Licença Trunking, c/ acessórios (cabos, conectores, base magnética, antena, microfone) – UHF/ FM
05	25	SERVICOS DE RADIOCOMUNICACAO - assinatura mensal dos serviços de radiocomunicação que compreende a instalação, operação e manutenção de toda infraestrutura necessária para o funcionamento da rede de comunicação, composta pelos sites de repetição

10.2 Escopo técnico dos equipamentos:

01 – Transceptor Portátil – Rádio Portátil (Novo), com Licença de Roaming (troca de canais), Licença Trunking, operando na faixa de UHF Digital DMR, potência de 4 watts, mínimo de 32 canais programáveis via software, classificação IP57, composto por: rádio, bateria, antena, carregador, clip de fixação e manual de operação; ou similar.

02 – Bateria para Rádio portátil – Bateria (nova) para Rádio tipo Transceptor Portátil, bateria de no mínimo 1.800mAh, classificação IP57.; ou similar. (deverá ser compatível com equipamento do item 01).

03 – Transceptor Fixo – Rádio fixo (novo), com Licença Trunking, operando na faixa de UHF Digital DMR, potência ajustável em 25 watts, mínimo de 32 canais programáveis via software, envio e identificação de chamada de usuários, composto por: rádio, microfone de mão, kit de instalação, antena whip com ¼ de onda, manual de operação; ou similar.

04 – Transceptor Móvel – Rádio Móvel (novo) com Licença de Roaming (troca de canais), Licença Trunking, operando na faixa de UHF Digital DMR, potência ajustável em 25 watts, mínimo de 32

canais programáveis via software, envio de identificação chamada de usuários, composto por: rádio, microfone de mão, kit de instalação, antena whip com 1/4 de onda, e manual de operação ou similar.

05 – Serviços de radiocomunicação – assinatura mensal dos serviços de radiocomunicação que compreende a instalação, operação e manutenção de toda infraestrutura necessária para o funcionamento da rede de comunicação, composta pelos sites de repetição, antenas, repetidoras, energia, sistemas de proteção, aterramento, cabeamento, ar-condicionado e demais equipamentos necessários para o pleno funcionamento do sistema.

10.3 – Descrição funcional:

10.3.1 - O Sistema de Radiocomunicação Digital deverá prover a comunicação via radio-frequências entre quaisquer usuários localizados dentro da área de cobertura estabelecida na assinatura de serviço de radiocomunicação, que deverá cobrir todo o território do Município de Campos dos Goytacazes, operando de acordo com as características descritas neste item e seus subitens.

10.3.2 O sistema não deverá necessitar de nenhuma operação especial, ou seja, considerando que todos os equipamentos terminais estejam programados para operação dentro do mesmo sistema, basta o usuário pressionar a tecla "PTT", em seguida iniciar a chamada e soltar a tecla "PTT". Nesse instante o sistema deverá disponibilizar um canal de voz habilitando o mesmo para conversação no seu grupo.

10.3.3 No início de cada mensagem o usuário deverá ouvir uma sinalização indicando que poderá efetuar a mensagem.

10.3.4 Nos casos em que o sistema esteja com todos os grupos (canais) ocupados, após executar a primeira chamada e soltar a tecla "PTT", o usuário deverá receber uma indicação de "Sistema Ocupado" (tom de ocupado).

10.3.5 Todos os terminais deverão possuir números de identificação na rede. A estrutura de numeração deverá ser flexível, possibilitando agregar informações de interesse da CONTRATANTE. Cada terminal possuirá um único número de identificação.

10.3.6 A encriptação das comunicações de voz entre as estações repetidoras, fixas, móveis e estações bases de controle, tem função primordial para o sistema, e deverá estar intrínseca aos equipamentos ofertados, através do circuito original do equipamento sem a necessidade da inclusão de placas ou periféricos adicionais.

11 Tipos de chamada:

11.1 Chamada de Grupo:

11.1.1 Estando o terminal ligado e em seu estado inicial, ao pressionar a tecla "PTT", o usuário deverá iniciar automaticamente uma chamada no grupo de conversação a que estiver afiliado. Essa chamada será direcionada a todos os demais terminais afiliados no mesmo grupo de conversação.

11.1.2 Todos os terminais do Sistema (estações móveis, portáteis e fixas) deverão ser capazes de se afiliar em diferentes grupos de conversação, estabelecidos através de

programação, possibilitando realizar e/ou receber chamadas nesses grupos. Essa programação será definida em função das necessidades de comunicação e critérios operacionais da CONTRATANTE e será definida entre esta e a CONTRATADA, após a formalização do contrato.

11.1.3 O Sistema de Radiocomunicação Digital deverá permitir a configuração de grupos de anúncio, mediante programação prévia, que consistem em grupos maiores, formados por 2 ou mais grupos de conversação. Apenas o usuário afiliado em um grupo de anúncio será capaz de se comunicar simultaneamente com todos os grupos de conversação subordinados, tanto realizar e receber chamadas.

11.1.4 O sistema deverá possibilitar a criação de vários grupos de conversação estruturados hierarquicamente, conforme as necessidades operacionais da CONTRATANTE.

11.2 Chamada Privativa:

11.2.1 A realização de chamada privativa deverá ser restrita apenas aos terminais habilitados para esta finalidade. Entretanto, todos os terminais do sistema poderão ser habilitados para apenas receber esse tipo de chamada e comunicar-se privativamente com o terminal habilitado que originou a chamada.

11.2.2 Uma chamada privativa deverá ser iniciada com o usuário teclando o número de identificação do terminal de destino ("ID") e em seguida, pressionar a tecla "PTT". O terminal de destino receberá o tom de chamada característico e mostrará o "ID" do terminal de origem. A chamada será respondida pelo terminal chamado, mediante o simples acionamento da tecla "PTT" desse terminal. A conversação seguirá normalmente apenas com acionamento das teclas "PTT" dos interlocutores.

11.2.3 A chamada privativa deverá ser encerrada mediante acionamento de uma tecla pré-programada no terminal de origem ou por decurso do tempo programado para essa operação ("time-out"), prevalecendo o que ocorrer primeiro. O "time-out" de encerramento da chamada privativa deverá ser pré-programado quando da habilitação dos terminais no sistema.

11.3 Chamada de Emergência:

11.3.1 Os terminais do sistema que estarão habilitados para realizar chamadas de emergência, sendo que este tipo de chamada com prioridade máxima no acesso ao canal de comunicação.

11.3.2 A realização da chamada de emergência deverá ser iniciada mediante o pressionamento de tecla de emergência específica ou programada para esta finalidade, que será exclusiva, quando será desencadeado o algoritmo de comunicação. O evento será enviado a todos os equipamentos do grupo que forem habilitados para tal, bem como para a console de despacho, sinalizando a chamada, mediante emissão de um sinal de alerta sonoro, indicando a ocorrência de emergência, com identificação do respectivo terminal chamador.

11.3.3 A chamada de emergência deverá se desenvolver em um grupo especial para esse tipo de chamada ou no próprio grupo de conversação ao qual o terminal está afiliado. Em ambos os casos, os terminais afiliados no mesmo grupo de conversação do terminal de origem e habilitados para tal deverão participar da chamada.

11.3.4 A chamada de emergência deverá ser encerrada por comando, quando os terminais envolvidos retornarão ao seu estado inicial.

12 DOS RECURSOS DO SISTEMA DE RÁDIO

12.1 Por meio do subsistema de gerenciamento, deverá ser possível a inibição de qualquer terminal por via aérea, tornando-o totalmente inoperante. Da mesma forma, deverá ter a possibilidade da reabilitação do terminal anteriormente desabilitado. Ambas as ações deverão ser acionadas através de comando por meio do subsistema de gerenciamento.

13 DA REDUNDÂNCIA

13.1 O Sistema de Rádio irá contar com critérios de redundância, incluindo a necessária duplicidade dos servidores do Controlador Central, com o objetivo de manter o funcionamento da rede em situações adversas, ainda que com redução de funcionalidades (Fail Safe), conforme segue:

13.1.1 Os sítios de repetição deverão possuir um sistema auxiliar de energia elétrica, composto por dispositivos "no-break" e banco de baterias dimensionadas para proporcionar uma autonomia mínima de 06(seis) horas de funcionamento a plena carga, sem qualquer tipo de interrupção na operação dos equipamentos do Sistema de Radiocomunicação.

13.1.2 Em caso de danos ou falha estrutural na rede LAN ou no Controlador Central, capaz de impossibilitar a operação através dos consoles da Central de Comunicação e Controle, deverá ser prevista a redundância através da instalação de estações fixas como backup para operação emergencial, as quais efetuarão as comunicações com os terminais fixos, móveis e portáteis do sistema.

14 DA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA

14.1 **Todos os equipamentos e acessórios que compõem o Sistema Digital de Radiocomunicação deverão ser novos e sem uso anterior, para uso exclusivo da CONTRATANTE.**

14.2 Os equipamentos de Radiocomunicação Digital, objeto do certame em tela deverá apresentar a composição mínima abaixo relacionada, conforme segue:

14.2.1 **Estações Fixas UHF/FM:** Composto por terminais de uso móvel com os demais acessórios e equipamentos compatíveis com o uso como estação fixa, a serem instaladas nas Unidades Operacionais. Todas as estações fixas acessarão o Sistema de Rádio através da assinatura de radiocomunicação.

14.2.2 **Estações Móveis UHF/FM:** Composto por terminais para uso embarcado em viaturas com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento nos veículos que compõem a frota operacional. Os equipamentos deverão ser instalados e configurados por conta da CONTRADA nos veículos indicados pela CONTRATANTE.

14.2.3 **Estações Portáteis UHF/FM:** Composto por terminais portáteis para uso pessoal com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, quando o usuário estiver em campo.

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 111

15 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

15.1 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SERVIÇO DE RADIOCOMUNICAÇÃO

15.1.1 Fixar os parâmetros técnicos para os Sítios de Repetição Multisítio em UHF/FM, faixa de frequência de 430 a 470 MHz, com modulação digital, para emprego em redes sistema de radiocomunicação digital.

15.1.2 Permitir a otimização de recursos disponíveis no sistema de radiocomunicação digital, com praticidade, flexibilidade e alto grau de confiabilidade do sistema.

15.1.3 Repetidores operando com modulação Digital na faixa de UHF/FM (430 a 470 MHz) no padrão aberto DMR (Digital Mobile Rádios), com protocolo digital ETSI-TS-102-361 e chave de criptografia como medida de segurança, apropriados à operação em regime de alto tráfego contínuo, com potência de saída ajustável de RF igual ou menor que 25 Watts produzidos pelo circuito original do equipamento, sem a inclusão de recursos externos, podendo ser reduzida mediante programação, com método de acesso TDMA (acesso múltiplo por divisão de tempo) para operação com 02 (dois) canais simultâneos por repetidor, de forma automática, com espaçamento de canal de 12,5 kHz conforme a Resolução 558/2010 da ANATEL, off-set entre transmissão e recepção de 10,0 MHz. A modulação digital deverá permitir o tráfego simultâneo de voz e dados, no mesmo canal de radiofrequência.

15.1.4 Os sítios com as salas, contêineres, torres, SPDA e infraestrutura elétrica de todos os sítios de repetição, serão providos pela CONTRATADA, que deverá escolher os locais que utilizará para a configuração da sua melhor solução.

15.1.5 A LICITANTE vencedora deverá elaborar o estudo técnico de cobertura eletromagnética a partir dos sítios por ela escolhidos e apresentá-lo, conforme exigência editalícia.

16 DOS TERMINAIS DIGITAIS FIXOS

16.1 Os Terminais Fixos deverão permitir a comunicação entre as Bases Operacionais, outros terminais fixos, bem como os terminais móveis, portáteis e os despachadores que fazem parte do Sistema de Radiocomunicação Digital.

16.2 O equipamento deverá oferecer uma comunicação clara e segura, com modulação digital e cumprir as demais características técnicas constantes neste Termo de Referência.

16.3 O terminal deverá operar estritamente de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações (MINICOM), sendo também aplicáveis as recomendações de outros órgãos reguladores, porém as normas da ANATEL prevalecerão.

16.4 Todas as frequências a serem utilizadas pelo terminal desta especificação, deverão ser licenciadas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.

16.5 Os terminais não deverão necessitar de nenhuma operação especial, ou seja, dado que estes estejam programados para operação dentro do sistema, bastará ao usuário pressionar a tecla "PTT" e após o sistema liberar o canal, iniciará a chamada e, ao finalizá-la deverá apenas



Comissão	112
Fis.	
Licitação	

31

liberar a tecla "PTT" para ouvir a resposta. No início desse processo, o sistema deverá disponibilizar um canal de voz e habilitar o Grupo de Conversação.

16.6 Ao início de cada mensagem o usuário deverá ouvir a sinalização indicando que pode iniciar a mensagem. Caso o sistema esteja ocupado, após executar a primeira chamada e soltar a tecla "PTT", o usuário deverá receber uma indicação sonora e visual de "Sistema Ocupado".

16.7 Todos os terminais fixos a serem fornecidos, deverão ser procedentes do mesmo fabricante dos terminais móveis, portáteis e repetidores.

16.8 A CONTRATADA deverá fornecer e instalar todos os terminais de radiocomunicação do sistema, juntamente com todos os materiais, acessórios, partes, peças, licenças, softwares, dispositivos e demais itens necessários à instalação e ativação de 01(um) terminal fixo, incluindo os respectivos sistemas irradiantes como cabos e/ou mastros, bem como os dispositivos e elementos de proteção. A CONTRATANTE disponibilizará os locais com energia elétrica comercial, para a instalação das estações fixas.

16.9 Objetivo:

16.9.1 Fixar os parâmetros técnicos para os terminais destinados à configuração da Estação Fixa de Base com modulação digital, para utilização nas redes de radiocomunicação digital.

16.9.2 Os parâmetros eletrônicos da modulação digital padrão aberto DMR com método de acesso em TDMA (Acesso Múltiplo por divisão de tempo) deverá operar com espaçamento de canal de 12,5 kHz, como definidos nesta especificação técnica.

16.9.3 Permitir o emprego rápido e eficaz na comunicação digital das estações fixas de base com os demais equipamentos do sistema, empregando os recursos eletrônicos da sinalização proporcionada pelo Sistema de Radiocomunicação Digital, os quais deverão propiciar a exploração de todos os tipos de chamada descritos anteriormente, neste Termo de Referência, bem como possibilitar a identificação eletrônica do terminal, verificação se este está ligado ou desligado, execução de monitor remoto, habilitação e/ou inabilitação do terminal.

16.10 Composição Básica do Terminal Fixo Digital

16.10.1 O conjunto Terminal Fixo Digital UHF/FM deverá ser constituído de:

- a) 01 (um) equipamento rádio transmissor-receptor;
- b) 01 (um) Microfone de mão com tecla PTT e cabo espiralado;
- c) 01 (um) Kit de instalação contendo no mínimo, o suporte de fixação do rádio; suporte de descanso do microfone de mão; cabo de alimentação com fusível e porta-fusível de proteção, parafusos e demais materiais necessários para a perfeita instalação do rádio com a fonte de alimentação;
- d) 01 (uma) antena omnidirecional tipo Plano Terra com ganho unitário, a ser fornecida com suporte de fixação para instalação da antena em torre metálica de radiocomunicação ou mastro;
- e) 01 (um) trecho de Cabo coaxial de baixa perda, com 25 (vinte e cinco) metros de comprimento, tipo RGC-213, ou melhor, para a perfeita instalação das estações fixas nos prédios/locais designados pela CONTRATANTE;

AM




- f) 01 (um) Conjunto de conectores coaxiais compatíveis com o cabo coaxial e o conector de entrada de antena do transceptor;
- g) 01 (uma) Fonte de alimentação tipo chaveada, com entrada 110/220 VAC e saída nominal de 13,8 VCC \pm 10%, montada em gabinete metálico próprio para operação sobre a mesa de trabalho, com nicho para fixação do transceptor em sua estrutura, dotado de circuito flutuador/carregador de bateria, com proteção de sobre tensão e sistema de arrefecimento forçado por ventilação;
- h) 01 (um) Centelhador coaxial a gás, para suportar surtos de descargas atmosféricas provenientes da linha de transmissão, com capacidade de absorção igual ou superior a 20 kA e tempo de resposta menor ou igual a 20 microssegundos;
- i) 01 (uma) Bateria do tipo selada, apropriada à operação em regime estacionário, para o suprimento de energia elétrica no caso de falta no fornecimento da rede pública, com capacidade para suportar a estação fixa em operação pelo período mínimo de 06(seis) horas sob regime de operação máximo, devendo ser fornecida com os respectivos cabos e conectores para instalação junto à fonte de alimentação;
- j) 01 (um) manual de operação em língua portuguesa do Brasil.

16.11 Características Operacionais

- 16.11.1 Fácil manuseio e operação;
- 16.11.2 Operação em modo dual, digital e/ou analógico no mesmo rádio, programados por canal;
- 16.11.3 Indicação de no mínimo, os seguintes status operacionais:
- a) Tons desativados;
 - b) Varredura;
 - c) Varredura de prioridade;
 - d) Mensagem não lida;
 - e) Emergência;
 - f) Privacidade;
 - g) Comunicação direta;
 - h) Chamada individual;
 - i) Chamada em grupo;
 - j) Chamada geral;
 - k) Licença Trunking.
- 16.11.4 Permitir a transferência dos parâmetros de programação de transceptor a transceptor (cloning).
- 16.11.5 Número de canais até ≥ 32 (trinta e dois).
- 16.11.6 Varredura de canais: Possibilitar que o rádio monitore vários canais de uma lista programável e participe de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente.
- 16.11.7 Capacidade de operação rádio a rádio (ponto – a – ponto), sem a utilização de infraestrutura, nos modos digital e/ou analógico.

16.11.8 Controles no painel frontal:

- a) Comando liga / desliga;
- b) Ajuste do nível de áudio (Volume);
- c) Silenciador de recepção;
- d) Seletor de canais;
- e) Botão programável para o acionamento de alarme de emergência;
- f) No mínimo 2 botões programáveis por software, para execução de funções predefinidas.

Comissão Permanente de Licitação	Nº...	114
	Assinatura:	

33
84

16.11.9 Função de anúncio por voz, para informar ao usuário verbalmente alteração de canal, zona ou as funções dos botões programáveis;

16.11.10 Funcionalidade de áudio e dados diretamente no rádio, com adaptador, bastando apenas a utilização de microfone remoto com fone de ouvido (áudio) e/ou PDA (dados).

16.11.11 Função Áudio Inteligente que deverá ajustar automaticamente o volume do rádio segundo o ruído de fundo, de modo tal que o usuário não tenha de estar constantemente ajustando o volume de seu rádio para evitar perder chamadas em ambientes altamente barulhentos ou incomodar os outros ao entrar em áreas silenciosas.

16.12 Recursos Operacionais

- a) Envio da identificação eletrônica do rádio;
- b) Alarme de emergência;
- c) Inibição e reabilitação de rádio;
- d) Recepção de chamada privativa;
- e) Envio de chamada de emergência;
- f) Recepção de monitor remoto;
- g) Chamada de alerta;
- h) Atender o padrão aberto DMR com vocoder digital AMBE+2 com o Protocolo Digital ETSI-TS102 361.

16.13 Características Eletrônicas Básicas

- a) Faixa de frequência: 430 a 470 MHz, sem sub-faixas.
- b) Método de acesso: TDMA;
- c) Espaçamento de canais: 12,5 / 20 kHz com programação dentro da faixa acima (simplex e/ou semiduplex).
- d) Alimentação DC: 13,8 VCC através de fonte de alimentação com bateria;
- e) Proteções eletrônicas contra:
 - 1) Variação de impedância de RF ou descasamento da antena;
 - 2) Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento (programável);
- f) Controle de frequência: por sintetizador, dotado de memória programável e reprogramável externamente através de computador;
- g) Tecnologia baseada em microprocessador;

APR

- h) A identificação Eletrônica do Transceptor deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo a inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais, opcionais e/ou complementares ao equipamento.

16.14 Características Eletrônicas Específicas

16.14.1 Transmissor:

- a) Potência de saída de RF com ajuste via programação: ≥ 25 W;
b) Estabilidade de frequência na faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\leq \pm 0,5$ ppm;
c) Emissões conduzidas / irradiadas: ≤ -36 dBm < 1 GHz / -30 dBm > 1 GHz;
d) Zumbido e ruído FM: ≤ -40 dB a 12,5 kHz e -45 dB a 25 kHz;
e) Temporizador de transmissão reciclável em cada acionamento, com tempo programável via software;
f) Potência de RF no canal adjacente: ≤ 60 dB a 12,5 kHz e ≤ 70 dB a 25 kHz;
g) Resposta de áudio conforme a Norma TIA603C;
h) Distorção de áudio: $\leq 3\%$;
i) Tipo de vocoder digital: AMBE+2;
j) Protocolo digital: ETSI-TS102 361.
k) Ou de característica similar.

16.14.2 Receptor:

- a) Sensibilidade em modo digital: $\leq 0,3$ μV , para 5% de BER;
b) Seletividade para canais adjacentes: ≥ 50 dB a 12,5 kHz; ≥ 80 dB a 25 kHz;
c) Estabilidade de frequência dentro da faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\leq \pm 0,5$ ppm;
d) Espaçamento de canais: 12,5 kHz;
e) Rejeição de sinais espúrios: ≥ 80 dB (TIA603D);
f) Rejeição de Intermodulação: ≥ 70 dB (TIA603D);
g) Potência de áudio: ≥ 3 Watts, com tom de 1kHz no alto-falante do painel frontal;
h) Distorção de áudio: $\leq 3\%$;
i) Emissões de espúrias conduzidas: ≤ -57 dBm (TIA603D).
j) Ou de característica similar.

16.14.3 Sintetizador:

- a) Oscilador controlado por tensão (VCO) operando em UHF;
b) Imune à captação de vibrações;
c) Controle de frequência com dados retidos em memória programável e reprogramável eletricamente, mediante programação por meio de computador.

16.15 Identificação e Especificação Mecânica

- a) Número de série do equipamento gravado indelevelmente na memória interna do equipamento e fixado no chassi por meio de etiqueta adesiva;
b) Gabinete leve, vedado à entrada de umidade, respingos de líquidos, e em condições de operar em ambiente sujeito às vibrações mecânicas do tipo encontradas nos veículos;
c) Cumprir a Norma MIL STD 810 nas classes C,D,E, F e G;
d) Terminais, conectores e contatos banhados, a fim de reduzir a probabilidade de perdas elétricas ou mau contato;
e) Circuitos impressos protegidos contra corrosão;
f) Dimensões Máximas: Altura 54 mm x Largura 176 mm x Profundidade 206 mm;
g) Peso Máximo: 1,84 Kg.

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 116	35

17 DO TRANSCÉPTOR MÓVEL DIGITAL

17.1 Os Terminais móveis a serem ofertados, deverão efetuar a comunicação com outros terminais móveis, fixos, portáteis e os despachadores que fazem parte do Sistema de Radiocomunicação Digital.

17.2 O equipamento pretendido deverá oferecer uma comunicação clara e segura, com modulação digital e cumprir as demais características técnicas constantes neste documento.

17.3 O terminal deverá operar estritamente de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações (MINICOM), sendo também aplicáveis às recomendações de outros órgãos reguladores, porém as normas da ANATEL irão prevalecer.

17.4 Todas as frequências a serem utilizadas pelo terminal desta especificação, deverão estar de acordo com a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.

17.5 Os terminais não deverão necessitar de nenhuma operação especial, ou seja, dado que estes estejam programados para operação dentro do sistema, bastará ao usuário pressionar a tecla "PTT" e após o sistema liberar o canal, iniciará a chamada e, ao finalizá-la deverá apenas liberar a tecla "PTT" para ouvir a resposta. No início desse processo, o sistema deverá disponibilizar um canal de voz e habilitar o Grupo de Conversação.

17.6 Ao final de cada mensagem o usuário deverá ouvir um "BEEP" de sinalização indicando que pode responder à mensagem. Caso o sistema esteja ocupado, após executar a primeira chamada e soltar a tecla "PTT", o usuário deverá receber uma indicação sonora e visual de "Sistema Ocupado".

17.7 Todos os terminais móveis a serem fornecidos, deverão ser procedentes do mesmo fabricante dos repetidores, terminais fixos e portáteis especificados neste termo de referência.

17.8 A CONTRATADA deverá fornecer e instalar todos os terminais de radiocomunicação do sistema, juntamente com todos os materiais, acessórios e dispositivos necessários à instalação e ativação dos terminais móveis, incluindo os respectivos sistemas irradiantes. A CONTRATANTE disponibilizará os veículos para as estações móveis.

17.9 Objetivo

17.9.1 Fixar os parâmetros técnicos para os terminais destinados à configuração das Estações Móveis Veiculares com modulação digital, para utilização nas redes de radiocomunicação digital.

17.9.2 Os parâmetros eletrônicos da modulação digital com método de acesso em TDMA (Acesso Múltiplo por divisão de tempo) deverão operar com espaçamento de canal, de 12,5 kHz, como definidos nesta especificação técnica.

17.9.3 Permitir o emprego rápido e eficaz na comunicação digital das estações móveis veiculares com os demais equipamentos do sistema, empregando os recursos eletrônicos da sinalização proporcionada pelo Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado Multisítio, os quais deverão propiciar a exploração de todos os tipos de chamada descritos

AMK

anteriormente, neste Termo de Referência, bem como possibilitar a identificação eletrônica do terminal, verificação se este está ligado ou desligado, execução de monitor remoto, habilitação e/ou inabilitação do terminal, não sendo aceito a inclusão de placas ou periféricos para a realização das referidas funções e possibilitar ainda, roaming automático entre os sítios de repetição.

17.10 Composição Básica do Terminal Móvel Digital

Comissão Permanente de Licitação	Pis.. 117	36
	União:	

17.10.1 O conjunto Terminal Móvel Digital deverá ser constituído de:

- a) 01 (um) equipamento rádio transmissor-receptor digital;
- b) 01 (um) Microfone de mão com tecla PTT e cabo espiralado;
- c) 01 (um) Kit de instalação veicular contendo como mínimo, o suporte de fixação do rádio; suporte de descanso do microfone de mão, cabo de alimentação com fusível e porta-fusível de proteção, parafusos e demais materiais necessários para a perfeita instalação do rádio na via-tura;
- d) 01 (uma) antena veicular, do tipo Whip de $\frac{1}{4}$ de onda, ganho unitário, com base para fixação direta no teto do veículo por meio de furação, acompanhada de cabo coaxial e conector para ligação da antena ao rádio;
- e) 01 (uma) Licença para operação de Roaming automático;
- f) 01 (uma) Licença trunking;
- g) 01 (um) manual de operação em língua portuguesa do Brasil.

17.10.2 Características Operacionais:

- a) Fácil manuseio e operação;
- b) Operação em modo dual, digital e/ou analógico no mesmo rádio, programados por canal;
- c) Indicação de, no mínimo os seguintes status operacionais:

- 1) Tons desativados;
- 2) Varredura;
- 3) Varredura de prioridade;
- 4) Caixa de entrada cheia;
- 5) Emergência;
- 6) Privacidade;
- 7) Comunicação direta;
- 8) Chamada individual;
- 9) Chamada em grupo
- 10) Chamada geral;

- d) Permitir a transferência de informações de programação de transceptor a transceptor (cloning).
- e) Número de canais: ≥ 32 (trinta e dois).
- f) Varredura de canais – Possibilitar que o rádio monitore vários canais de uma lista programável e participe de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente.
- g) Capacidade de operação rádio a rádio (ponto – a – ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e/ou analógico.
- h) Controles do painel:

- 1) Comando liga / desliga;



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 118

- 2) Ajuste do nível de áudio (Volume);
- 3) Silenciador de recepção;
- 4) Seletor de canais;
- 5) Botão programável para o acionamento de alarme de emergência;
- 6) No mínimo 2 botões programáveis por software, para execução de funções predefinidas.

17.10.3 Função de anúncio por voz, para informar ao usuário verbalmente alteração de canal, zona ou as funções dos botões programáveis;

17.10.4 Funcionalidade de áudio e dados por Bluetooth diretamente no rádio, sem exigir adaptador, bastando apenas a utilização de microfone remoto com fone de ouvido (áudio) e/ou PDA (dados);

17.10.5 Função Áudio Inteligente que deverá ajustar automaticamente o volume do rádio segundo o ruído de fundo, de modo tal que o usuário não tenha de estar constantemente ajustando o volume de seu rádio para evitar perder chamadas em ambientes altamente barulhentos ou incomodar os outros ao entrar em áreas silenciosas.

17.10.6 Recursos Operacionais

- a) Envio de identificação eletrônica do rádio;
- b) Alarme de emergência;
- c) Inibição e reabilitação de rádio;
- d) Recepção de chamada privativa;
- e) Envio de chamada de emergência;
- f) Recepção de monitor remoto;
- g) Chamada de alerta
- h) Atender o padrão aberto DMR com vocoder digital AMBE+2 com o Protocolo Digital ETSI-TS102 361.

17.10.7 Características Eletrônicas Básicas

- a) Faixa de frequência: 430 a 470 MHz, sem sub-faixa.
- b) Método de acesso: TDMA;
- c) Espaçamento de canais: 12,5 / 20 kHz com programação dentro da faixa acima (simplex e/ou semiduplex).
- d) Alimentação DC: 13,8 VCC através da bateria do veículo;
- e) Proteções eletrônicas contra:
 - 1) Variação de impedância de RF ou descasamento da antena;
 - 2) Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento (programável);
- f) Controle de frequência: por sintetizador, dotado de memória programável e reprogramável externamente através de computador;
- g) Tecnologia baseada em microprocessador;
- h) A identificação Eletrônica do Transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo a inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais, opcionais e/ou complementares ao equipamento.



17.10.8 Características Eletrônicas Específicas

17.10.8.1 Transmissor:

- 17.10.8.1.1** Potência de saída de RF: ≥ 25 W, com ajuste via programação;
- 17.10.8.1.2** Estabilidade de frequência na faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\leq \pm 0,5$ ppm
- 17.10.8.1.3** Emissões conduzidas / irradiadas: ≤ -36 dBm < 1GHz / -30 dBm > 1 GHz
- 17.10.8.1.4** Zumbido e ruído FM: ≤ -40 dB a 12,5 kHz e -45 dB a 25 kHz;
- 17.10.8.1.5** Temporizador de transmissão reciclável em cada acionamento, com tempo programável via software;
- 17.10.8.1.6** Potência de RF no canal adjacente: ≤ -60 dB a 12.5 kHz e ≤ -70 dB a 25 kHz;
- 17.10.8.1.7** Resposta de áudio conforme a Norma TIA603D;
- 17.10.8.1.8** Distorção de áudio: $\leq 3\%$;
- 17.10.8.1.9** Tipo de vocoder digital: AMBE+2;
- 17.10.8.1.10** Protocolo digital: ETSI-TS102 361.
- 17.10.8.1.11** Ou de característica similar.

17.10.8.2 Receptor:

- 17.10.8.2.1** Sensibilidade em modo digital: ≤ 0.3 μV , para 5% de BER;
- 17.10.8.2.2** Seletividade para canais adjacentes: ≥ 50 dB a 12,5 kHz; ≥ 80 dB a 25 kHz (TIA603D);
- 17.10.8.2.3** Estabilidade de frequência dentro da faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\leq \pm 0,5$ ppm,
- 17.10.8.2.4** Espaçamento de canais: 12,5/25 kHz;
- 17.10.8.2.5** Rejeição de sinais espúrios: ≥ 80 dB (TIA603D);
- 17.10.8.2.6** Rejeição de Intermodulação: ≥ 78 dB (TIA603D);
- 17.10.8.2.7** Potência de áudio: ≥ 3 Watts, com tom de 1kHz no alto-falante do painel frontal;
- 17.10.8.2.8** Distorção de áudio: $\leq 3\%$;
- 17.10.8.2.9** Emissões de espúrias conduzidas: ≤ -57 dBm (TIA603D)
- 17.10.8.2.10** Ou de característica similar.

17.10.8.3 Sintetizador:

- a)** Oscilador controlado por tensão (VCO) operando em UHF;
- b)** Imune à captação de vibrações;
- c)** Controle de frequência com dados retidos em memória programável e reprogramável eletricamente, mediante programação por meio de computador.

17.11 Identificação e Especificação Mecânica

- a)** Número de série do equipamento gravado indelevelmente na memória interna do equipamento e fixado no chassi por meio de etiqueta adesiva;
- b)** Gabinete leve, vedado à entrada de umidade, respingos de líquidos, e em condições de operar sujeito às vibrações mecânicas do tipo encontradas nos veículos;
- c)** Atender a Norma MIL STD 810 nas classes C, D, E, F e G;
- d)** Terminais, conectores e contatos banhados, a fim de reduzir a probabilidade de perdas elétricas ou mau contato;
- e)** Circuitos impressos protegidos contra corrosão;
- f)** Dimensões Máximas: Altura 54 mm x Largura 176 mm x Profundidade 206 mm;

AM



g) Peso Máximo: 1,84 Kg.

18 DO TERMINAL PORTÁTIL DIGITAL

18.1 Visão Geral

Comissão Permanente de Licitação	Ass.: 120
	Ass.: [assinatura]



18.1.1 O Terminal Portátil tem por finalidade permitir a portabilidade e a comunicação móvel quando desenvolvida sob a forma de deslocamento a pé ou motorizada, possibilitando a comunicação de forma segura sem a necessidade de estar afixado a um determinado ponto.

18.1.2 Os equipamentos pretendidos deverão ser apropriados para o tipo de comunicação acima descrito, bem como deverão apresentar tamanho e peso reduzidos de forma a facilitar seu transporte pelo operador, devendo ainda apresentar resistência às sujeições mecânica e ambiental, decorrentes da atividade a que se destina, conforme descrito adiante.

18.1.3 O terminal deverá operar estritamente de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações (MINICOM), sendo também aplicáveis às recomendações de outros órgãos reguladores, porém as normas da ANATEL irão prevalecer.

18.1.4 Todas as frequências a serem utilizadas pelo terminal desta especificação, deverão estar de acordo com a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.

18.1.5 Todos os terminais portáteis a serem fornecidos, deverão ser de um único modelo e possuir o recurso circuito original interno do equipamento e operar sem a necessidade de inclusão ou adaptação de dispositivos, partes, peças ou acessórios externos.

18.1.6 Todos os terminais portáteis a serem fornecidos, deverão ser procedentes do mesmo fabricante dos repetidores, terminais fixos e móveis especificados neste termo de referência.

18.1.7 Os terminais não deverão necessitar de nenhuma operação especial, ou seja, dado que estes estejam programados para operação dentro do sistema, bastará ao usuário pressionar a tecla "PTT" e após o sistema liberar o canal, iniciará a chamada e, ao finalizá-la deverá apenas liberar a tecla "PTT" para ouvir a resposta. No início desse processo, o sistema deverá disponibilizar um canal de voz e habilitar o Grupo de Conversação.

18.1.8 Ao final de cada mensagem o usuário deverá ouvir um "BEEP" de sinalização indicando que pode responder à mensagem. Caso o sistema esteja ocupado, após executar a primeira chamada e soltar a tecla "PTT", o usuário deverá receber uma indicação sonora e visual de "Sistema Ocupado".

18.2 Objetivo

18.2.1 Fixar os parâmetros técnicos para os terminais destinados à configuração dos terminais portáteis com modulação digital, para utilização nas redes de radiocomunicação digital.

18.2.2 Os parâmetros eletrônicos da modulação digital com método de acesso em TDMA (Acesso Múltiplo por Divisão de Tempo) deverão operar com espaçamento de canal, de 12,5 kHz, como definidos nesta especificação técnica.

Assinatura

18.2.3 Permitir o emprego rápido e eficaz na comunicação digital dos terminais portáteis com os demais equipamentos do sistema, empregando os recursos eletrônicos da sinalização proporcionada pelo Sistema de Radiocomunicação Digital, os quais deverão propiciar a exploração de todos os tipos de chamada descritos anteriormente, neste Termo de Referência, bem como possibilitar a identificação eletrônica do terminal, verificação se este está ligado ou desligado, execução de monitor remoto, habilitação e/ou inabilitação do terminal e localização automática do terminal através de, gerados pelo circuito original do próprio rádio, não sendo aceito a inclusão de placas ou periféricos para a realização das referidas funções.

18.3 Composição Básica do Terminal Portátil Digital

18.3.1 O conjunto Terminal Portátil Digital deverá ser constituído de:

- a) 01 (um) equipamento rádio transmissor-receptor;
- b) 01 (um) estojo de couro ou material identicamente reforçado, na cor preta, com suporte para cinto, com alça removível para transporte a tiracolo;
- c) 01(uma) bateria de íons de Lítio ou de superior qualidade, sendo cada capaz de fornecer no mínimo 1,8 A/h e proporcionar uma autonomia mínima de 08 (oito) horas de funcionamento contínuo em regime de operação analógica, sob o ciclo de trabalho 5-5-90 (5% do tempo em transmissão, 5% em recepção e 90% em espera) e 11 (onze) horas de funcionamento contínuo em regime de operação digital, sob ciclo de trabalho 5-5-90 (5% do tempo em transmissão, 5% em recepção e 90% em espera);
- d) 01 (uma) antena helicoidal flexível, tipo heliflex com acabamento emborrachado, capaz de operar em toda a faixa de frequências de operação do equipamento rádio transmissor-receptor;
- e) 01 (um) carregador de bateria unitário, com entrada CA automática para qualquer tensão entre 100 e 240 VCA, capaz de repor a carga da bateria em, no máximo 2 (duas) horas;
- f) 01 (uma) Licença para operação de Roaming automático;
- g) 01(uma) Licença Trunking;
- h) 01 (um) manual de operação em língua portuguesa do Brasil

18.4 Características Operacionais

18.4.1 Fácil manuseio e operação.

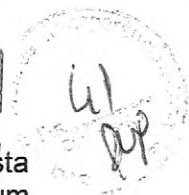
18.4.2 Operação em modo digital ou analógico no mesmo rádio, programados por canal.

18.4.3 Indicadores de status operacional:

- a) Tons desativados;
- b) Varredura;
- c) Varredura de prioridade;
- d) Emergência;
- e) Privacidade;
- f) Comunicação direta;
- g) Chamada individual;
- h) Chamada em grupo;
- i) Chamada geral;

18.4.4 Permitir a transferência de programação de transceptor a transceptor (cloning).

Comissão Permanente de Licitação	Nº...
	122
	28



18.4.5 Número de canais até ≥ 32 (trinta e dois).

18.4.6 Varredura de canais – Possibilitar que o rádio monitore vários canais de uma lista programável e participe de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente.

18.4.7 Capacidade de operação rádio a rádio (ponto – a – ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e/ou analógico.

18.4.8 Controles:

- a) Comando liga / desliga;
- b) Ajuste do nível de áudio (Volume);
- c) Silenciador de recepção;
- d) Seletor de canais;
- e) Botão de acionamento do transmissor;
- f) Botão diferenciado para o acionamento de alarme de emergência;
- g) No mínimo 2 botões programáveis por software, para execução de funções predefinidas.

18.4.9 Função de anúncio por voz, para informar ao usuário verbalmente alteração de canal, zona ou as funções dos botões programáveis.

18.4.10 Funcionalidade de áudio e diretamente no rádio, sem exigir adaptador, bastando apenas a utilização de microfone remoto com fone de ouvido (áudio) e/ou PDA (Dados).

18.4.11 Função Áudio Inteligente que deverá ajustar automaticamente o volume do rádio segundo o ruído de fundo, de modo tal que o usuário não tenha de estar constantemente ajustando o volume de seu rádio para evitar perder chamadas em ambientes altamente barulhentos ou incomodar os outros ao entrar em áreas silenciosas.

18.5 Recursos Operacionais

- a) Envio de identificação eletrônica do rádio;
- b) Alarme de emergência;
- c) Inibição e reabilitação de rádio;
- d) Recepção de chamada privativa;
- e) Envio de chamada de emergência;
- f) Recepção de monitor remoto;
- g) Chamada de alerta;
- h) Atender o padrão aberto DMR de rádios digitais com vocoder digital AMBE+2 com o Protocolo Digital ETSI-TS102 361.
- i) Ou de característica similar.

18.6 Características Eletrônicas Básicas

- a) Faixa de frequência: 430 a 470 MHz, sem sub-faixa;
- b) Método de acesso: TDMA;
- c) Espaçamento de canais: 12,5 / 20 kHz, com programação dentro da faixa acima (simplex e/ou semi-duplex);



d) Alimentação: bateria removível, conforme item 11.3.1, alínea "c", desta especificação técnica;

e) Proteções eletrônicas contra:

- 1) Variação de impedância de RF ou descasamento da antena;
- 2) Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento (programável).

f) Controle de frequência: por sintetizador, dotado de memória programável e reprogramável externamente através de computador;

g) Tecnologia baseada em microprocessador;

h) A identificação Eletrônica do Transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo através da inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais, opcionais e/ou complementares ao equipamento.

Comissão Permanente de Licitação	Nº...
	123
	47
	MP

18.7 Características Eletrônicas Específicas

18.7.1 Transmissor:

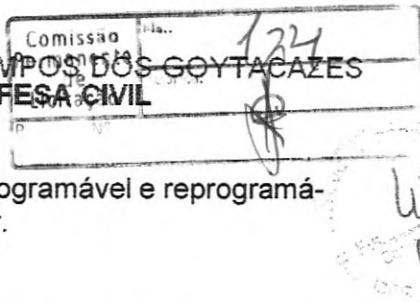
- a) Potência de saída de RF com ajuste via programação: Potência baixa 1 W Potência alta 4 W;
- b) Limitação de modulação: ≤ 5 kHz para espaçamento de 20 kHz e $\leq 2,5$ kHz para espaçamento de 12,5 kHz;
- c) Estabilidade de frequência na faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\pm 1,5$ ppm;
- d) Emissões conduzidas / irradiadas: -36 dBm < 1 GHz / -30 dBm > 1 GHz;
- e) Zumbido e ruído FM: ≤ -40 dB a 12,5 kHz e -45 dB a 25 kHz;
- f) Temporizador de transmissão reciclável em cada acionamento, com tempo programável via software;
- g) Potência de RF no canal adjacente: 60 dB a 12,5 kHz e 70 dB a 25 kHz;
- h) Resposta de áudio: conforme a Norma TIA603D;
- i) Distorção de áudio: $\leq 3\%$;
- j) Tipo de vocoder digital: AMBE+2;
- k) Protocolo digital: ETSI-TS102 361.
- l) Ou de característica similar.

18.7.2 Receptor:

- a) Sensibilidade em modo digital: $\leq 0,25$ μV ;
- b) Seletividade para canais adjacentes: 60 dB a 12,5 kHz / 70 dB a 25 kHz (TIA603A);
- c) Estabilidade de frequência dentro da faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\pm 0,5$ ppm;
- d) Espaçamento de canais: 12,5/20 kHz;
- e) Rejeição de sinais espúrios: 70 dB (TIA603D);
- f) Rejeição de Intermodulação: 70 dB (TIA603D);
- g) Potência de áudio: $\geq 0,5$ Watt, com tom de 1kHz no alto-falante do painel frontal; h) Distorção de áudio: 5%;
- h) Emissões de espúrias conduzidas: -57 dBm (TIA603D).
- i) Ou de característica similar.

18.7.3 Sintetizador:

- a) Oscilador controlado por tensão (VCO) operando em UHF;



- b) Imune à captação de vibrações;
- c) Controle de frequência com dados retidos em memória programável e reprogramável eletricamente, mediante programação por meio de computador.

18.8 Identificação e Especificação Mecânica

- a) Número de série do equipamento gravado indelevelmente na memória interna do equipamento e fixado no chassi por meio de etiqueta adesiva;
- b) Gabinete leve, vedado à entrada de umidade, respingos de líquidos, e em condições de suportar choques, vibrações mecânicas e demais condições típicas da utilização de terminais portáteis;
- c) Cumprir a Norma MIL STD 810 nas classes C,D,E, F e G;
- d) Cumprir a especificação IP57;
- e) Terminais, conectores e contatos banhados, a fim de reduzir a probabilidade de perdas elétricas ou mau contato;
- f) Circuitos impressos protegidos contra corrosão;
- g) Peso máximo, com bateria 380 g;
- h) Dimensões máximas, com bateria:
 - 1) Altura: 131 mm;
 - 2) Largura: 56 mm;
 - 3) Profundidade: 36 mm.

19 DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES

19.1 Objetivo

19.1.1 A presente documentação fixa os parâmetros mínimos e as condições para a condução dos trabalhos, bem como as obrigações da CONTRATADA.

19.1.2 Instalar o terminal fixo no endereço indicado pela CONTRATANTE, bem como os terminais móveis nos veículos indicados pela mesma, conforme a conveniência do projeto e o interesse da CONTRATANTE.

19.1.3 A CONTRATADA poderá adotar os métodos de trabalho próprios para execução das diversas etapas do serviço, desde que, a critério da fiscalização da CONTRATANTE, os mesmos não interfiram nas características técnicas, na segurança e nos prazos, devendo obrigatoriamente obedecer a Metodologia de Trabalho apresentada em sua Proposta.

19.1.4 Todos os serviços deverão ser executados em dias corridos e durante o período a ser combinado com a CONTRATANTE. Em casos excepcionais, poderão ser programados períodos diferenciados, somente após a aprovação da CONTRATANTE e de comum acordo com a CONTRATADA.

19.1.5 Se, em qualquer ocasião, a fiscalização da CONTRATANTE julgar que os métodos de execução dos trabalhos, a aplicação de mão-de-obra, do material, dos equipamentos, das ferramentas e dos instrumentos da CONTRATADA são ineficientes ao ritmo dos trabalhos ou inadequados à segurança e estabilidade das atividades desenvolvidas no projeto, à segurança dos trabalhadores ou do público, no todo ou em parte, será exigido da CONTRATADA a interrupção parcial ou total das atividades. Neste contexto deverá ser providenciada sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, a realização, quando aplicável,

das seguintes atividades:

- a) Revisão dos métodos e meios de trabalho;
- b) Adequação da mão-de-obra;
- c) Adequação das condições de segurança;
- d) Melhoria de sua eficiência e adequabilidade;
- e) Substituição ou adequação de ferramental, instrumental e equipamentos;
- f) Após a resolução dos itens anotados pela fiscalização da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá reiniciar as atividades.

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 125

19.1.6 A CONTRATADA não ficará exonerada da obrigação de empregar os meios adequados ao maior rendimento dos serviços. Somente a CONTRATADA será e permanecerá responsável pela segurança, eficiência e adequabilidade de métodos, mão-de-obra e equipamentos empregados.

19.1.7 A CONTRATADA será a única responsável pela execução dos serviços dentro dos prazos preestabelecidos, salvo atrasos por impedimento operativo do sistema ou de força maior, obrigando-se ainda, a reparar sem ônus para a CONTRATANTE, todos os serviços com defeitos, erros, falhas e omissões;

19.1.8 A CONTRATADA será responsável pela adoção de medidas de segurança necessárias à execução dos serviços incluindo a cobertura do seguro contra acidentes de trabalho nos limites legais.

19.1.9 A CONTRATADA procederá à implementação do projeto, com fornecimento, montagem e instalação, incluindo toda a supervisão, mão-de-obra, ferramentas, escritórios, instrumentos, equipamentos, materiais e outros, mesmo que não especificados, porém necessários para a execução de todos os serviços descritos nas especificações técnicas.

19.1.10 A CONTRATADA terá que dispor de supervisores, encarregados e colaboradores, qualificados e familiarizados com o (s) tipo (s) de trabalho (s) em pauta.

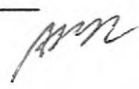
19.1.11 Deverá fornecer indicação das equipes técnicas (em número e qualificação) disponíveis e necessários para a execução dos serviços.

19.1.12 Deverá ser apresentada a estrutura organizacional indicando a interligação com sua administração central.

19.1.13 Deverá ser apresentado um cronograma de permanência geral de todo pessoal, a ser utilizado na execução dos serviços.

19.1.14 Deverá fornecer crachá e uniforme com identificação da empresa aos funcionários, no qual deverá constar o nome ou símbolo da empresa, o nome e o número do empregado e a sua função. O empregado deverá obrigatoriamente usar o crachá de modo visível enquanto permanecer nas instalações da CONTRATANTE, de forma a possibilitar a sua identificação, sob pena de retirada do serviço pela fiscalização da CONTRATANTE, exceto durante certos trabalhos em que seu uso não seja recomendável.

19.1.15 Para implantação da solução deverá ser alocado um gerente de projetos o qual será o responsável pelo desenvolvimento das atividades necessárias para a operacionalidade do sistema e será o principal contato com a CONTRATANTE, para assuntos relacionados ao Sistema. Este gerente de Projeto deverá ter a autoridade e a



responsabilidade de estabelecer, controlar o que for necessário para que o projeto seja implementado com êxito, além de ser a interface com a CONTRATANTE.

19.1.16 Dentre as obrigações do gerente de projeto, deverão estar inclusas as seguintes atividades:

- a) Direção global do projeto;
- b) Planos e programações de projeto;
- c) Coordenação de atividades e recursos do projeto;
- d) Cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- e) A elaboração e disponibilização à CONTRATANTE, de toda documentação referente ao Cronograma Detalhado de Implantação.

19.1.17 A CONTRATADA deverá obedecer e fazer com que seus empregados, prepostos ou representantes, obedeçam a toda a legislação em vigor sobre Segurança e Medicina do Trabalho - Portaria no. 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho (MTB) em especial as Normas Regulamentadoras relacionadas, além de obedecer às exigências do Código Nacional de Trânsito em relação ao transporte de pessoas, equipamentos e materiais.

19.1.18 A CONTRATADA promoverá medidas de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de prevenção de acidentes de trabalho, fornecendo a seus empregados os equipamentos de proteção, cujo uso terá caráter obrigatório.

19.1.19 A CONTRATADA deverá atender às seguintes exigências do Ministério do Trabalho:

- a) Certificar-se do uso de equipamentos de segurança - individual ou coletivo - pelo seu pessoal;
- b) Respeitar a legislação vigente sobre segurança e medicina do trabalho, acatando recomendações específicas e outras que, nesse sentido, lhes sejam feitas pela CONTRATANTE, sob pena de suspensão dos trabalhos sem exoneração de culpa da CONTRATADA pelo atraso na entrega dos serviços;
- c) Executar, dentro dos prazos estipulados, as recomendações que a CONTRATANTE lhe fizer quando das fiscalizações periódicas de segurança e medicina do trabalho, através de seus especialistas, usando boletim específico que será vistado pela supervisão credenciada;
- d) Obedecer às instruções de segurança emitidas pela CONTRATANTE, visando preservar a integridade do elemento humano e de seu patrimônio, assegurando assim a continuidade das atividades;
- e) Dispor e utilizar adequadamente os equipamentos de proteção coletiva (EPC) que se fizerem necessários.

19.1.20 Instalar os terminais fixos nos endereços indicados pela CONTRATANTE, bem como os terminais móveis nos veículos indicados pela mesma, conforme a conveniência do projeto e o interesse da CONTRATANTE.

19.1.21 Os equipamentos e seus componentes/periféricos a serem empregados na solução a serem utilizados pelo MUNICÍPIO deverão ser originais de fábrica e novos (sem uso ou reformados ou reconicionados) em regime normal de produção, sendo produtos novos e comercializados normalmente por meio dos canais de revenda dos fabricantes. Essa comprovação deverá ser realizada através de declaração escrita e assinada pelos próprios fabricantes (não serão aceitas declarações de internet);

19.1.22 Os equipamentos deverão ser entregues com todos os itens acessórios de hardwares e softwares necessários à sua perfeita ativação e funcionamento, incluindo cabos, adaptadores e conectores, interfaces, suportes, drivers de controle, programa de configuração, entre outros, necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos;

19.1.23 Na eventualidade dos equipamentos especificados não estejam mais disponíveis no mercado, a CONTRATADA deverá substituir por um com as mesmas características e especificações técnicas dos produtos fora de linha ou superiores, sem nenhum tipo de custos adicionais ao MUNICÍPIO;

19.1.24 A CONTRATADA deverá assegurar o tratamento sigiloso e o respeito aos direitos de propriedade sobre todos os dados, informações, software e sistemas informatizados em uso na CONTRATANTE, sendo proibida a extração de cópia, reprodução, publicação, divulgação, cessão gratuita ou onerosa, ou qualquer outra forma de disposição não autorizada de domínio, total ou parcial, direta ou indiretamente, em benefício próprio ou de terceiros.

19.1.25 Qualquer solução apresentada pela CONTRATADA para a execução desse Sistema ou seus Subsistemas deverá estar rigorosamente em acordo com as normas brasileiras de proteção ao meio ambiente.

19.1.26 Os equipamentos deverão ser entregues com todos os itens acessórios de hardwares e softwares necessários à sua perfeita ativação e funcionamento, incluindo cabos, adaptadores e conectores, interfaces, suportes, drivers de controle, programa de configuração, entre outros, necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos;

19.1.27 Na eventualidade dos equipamentos especificados não estejam mais disponíveis no mercado, a CONTRATADA deverá substituir por um com as mesmas características e especificações técnicas dos produtos fora de linha ou superiores, sem nenhum tipo de custos adicionais ao MUNICÍPIO.

20 DO TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

20.1 Objetivo

20.1.1 Este Item estabelece os requisitos mínimos necessários para a capacitação de multiplicadores para plena utilização de todas as ferramentas que compõem a solução ofertada.

20.1.2 A CONTRATADA deverá prever de treinamentos para capacitação de multiplicadores que encarregar-se-ão de treinar e capacitar os demais usuários.

20.1.3 Os treinamentos serão realizados após a liberação total da Infraestrutura. Os tempos indicados se referem às turmas por módulo, onde serão capacitados como multiplicadores de conhecimento. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar a quantidade de Instrutores devidamente capacitados e em número suficiente para o cumprimento do item anterior;

20.1.4 As descrições sucintas dos principais objetivos que devem ser alcançados com os treinamentos propostos são:

20.1.4.1 Módulo de Operação Rádio Fixo:

- a) Teoria básica sobre a tecnologia da radiocomunicação digital;
- b) Infraestrutura do sistema de radiocomunicação digital;
- c) Topologia do sistema de radiocomunicação digital;
- d) Critérios de operação;
- e) Cuidados e recomendações.

Comissão Permanente de Licitação	Nº...	128	67
			24

20.1.4.2 Módulo de Operação Rádio Móvel embarcado:

- a) Teoria básica sobre a tecnologia da radiocomunicação digital;
- b) Infraestrutura do sistema de radiocomunicação digital;
- c) Topologia do sistema de radiocomunicação digital;
- d) Critérios de operação;
- e) Cuidados e recomendações.

20.1.4.3 Módulo de Operação Rádio Portátil:

- a) Teoria básica sobre a tecnologia da radiocomunicação digital;
- b) Infraestrutura do sistema de radiocomunicação digital;
- c) Topologia do sistema de radiocomunicação digital;
- d) Critérios de operação;
- e) Cuidados e recomendações.

20.1.5 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, ministrar todos os treinamentos, bem como fornecer todo o material didático de treinamento, impreterivelmente na língua portuguesa do Brasil.

20.1.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar em mídia eletrônica todos os arquivos geradores do material didático utilizado nos treinamentos, para reprodução futura pela CONTRATANTE, bem como a autorização expressa para a reprodução do material para fins didáticos dos integrantes da Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes.

20.1.7 Ficará a cargo da CONTRATANTE fornecer a sala de aula para o treinamento, ficando a cargo da CONTRATADA, os recursos necessários para a instrução.

20.1.8 No final de cada treinamento deverão ser entregues à CONTRATANTE, certificação de treinamento referente a cada módulo para cada participante.

20.1.9 Os treinamentos deverão ser realizados nas dependências da Secretaria Municipal de Defesa Civil em horário comercial compreendido das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, em local a ser informado no momento da contratação.

21 DO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO

21.1 A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico e manutenção a toda infraestrutura, sistema e equipamentos descritos neste memorial, enquanto vigorar o contrato, após a implantação da mesma;

21.2 A empresa prestará serviços Assistência Técnica no local, para os equipamentos e softwares, com prazo máximo para atendimento de 02 (duas) horas, após a abertura do chamado, segunda a domingo, inclusive feriados, independente do horário, durante todo período de vigência



contratual;

21.3 Todos os custos relativos ao suporte técnico e a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos que compõe o Sistema Digital de Radiocomunicação, através do fornecimento de peças e insumos, instalação, configuração (hardware e software) e de manter em pleno funcionamento o sistema, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

21.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar uma equipe técnica devidamente qualificada, para a execução do objeto, com profissionais técnicos em telecomunicações.

21.5 Serviço de Manutenção Periódica:

21.5.1 A CONTRATADA será responsável pela manutenção periódica dos equipamentos que compõem os sistemas, de forma a garantir o bom funcionamento e segurança dos mesmos;

21.5.2 Caberá a equipe técnica da CONTRATADA, de 30(trinta) a 30(trinta) dias, realizar a manutenção dos equipamentos;

21.5.3 Caberá a equipe técnica da CONTRATADA, após a manutenção periódica, a emissão de Boletim de Manutenção Ordinário;

21.5.4 O Boletim de Manutenção Ordinário deverá registrar quais os serviços que foram executados, informando o local e o horário, emitir relatório sobre o desgaste ou não dos equipamentos, a reposição de equipamentos, peças (caso haja necessidade), como forma de prevenção, devendo ser assinado pelas partes.

21.6 Serviço de Manutenção Extraordinário:

21.6.1 A equipe técnica da CONTRATADA deverá prestar a manutenção extraordinária, no prazo, máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da ocorrência do sinistro, solucionar o(s) problema(s) apresentado(s) nos Sistemas de Repetidoras;

21.6.2 Em casos de necessidade de substituição de qualquer equipamento ou componentes que compõe o sistema, por quaisquer tipos de ocorrência (defeito, vandalismo, furto, problemas elétricos e outros) que ocasione a interrupção da comunicação, a CONTRATADA deverá realizar em até no máximo 04(quatro) horas o restabelecimento da comunicação do sistema.;

21.6.3 Caberá à equipe técnica CONTRATADA, após a manutenção extraordinária, a emissão de Boletim de Manutenção Extraordinário;

21.6.4 Boletim de Manutenção Extraordinário deverá registrar a ocorrência, a descrição o problema a solução apresentada, o horário, a data do sinistro, do conserto, a reposição de peça e/ou equipamento (caso haja necessidade), devendo ser assinado pelas partes.

21.7 Manutenção dos Sistemas:

21.7.1 A empresa deverá ter equipe técnica qualificada para prestação dos serviços, com atendimento em primeiro nível, a fim de facilitar a implantação da solução e realizar monitoramento das atividades de operação;

21.7.2 A CONTRATADA será responsável por manter os seus softwares atualizados de acordo com a legislação vigente, bem como atender as Normas vigentes em tempo hábil e perfeitas e plenas condições de uso.

22 DA RELAÇÃO DEMANDA X NECESSIDADE:

Item	Equipamento	Demanda Prevista	Quantidade a ser Contratada
01	Locação de Rádio tipo Transceptor Portátil, com Licença de Roaming (troca de canais), com Licença Trunking, operando na faixa de UHF Digital DMR, potência de 4 watts, mínimo de 32 canais programáveis via software, classificação IP57 e envio ID de identificação de chamada de usuário, composto por: rádio, 1 bateria, antena, carregador, clip de fixação, manual de operação; ou similar, com Suporte técnico.	15	15
	Locação Bateria para Rádio tipo Transceptor Portátil, bateria de no mínimo 1.800mAh, classificação IP57 ou similar, com Suporte técnico.	15	15
	Locação Rádio tipo Transceptor Fixo, com Licença Trunking, operando na faixa de UHF Digital DMR, potência ajustável de 25 watts, mínimo de 32 canais programáveis via software, envio ID de identificação de chamada de usuário, composto por: rádio, microfone de mão, kit de instalação, antena whip com ¼ de onda, manual de operação; ou similar, com Suporte técnico.	01	01
	Locação Rádio tipo Transceptor Móvel (novo), com Licença de Roaming (troca de canais), com Licença Trunking, operando na faixa de UHF Digital DMR, potência ajustável de 25 watts, mínimo de 32 canais programáveis via software texto, envio ID de identificação de chamada de usuário, composto por: rádio, microfone de mão, kit de instalação, antena whip com ¼ de onda, manual de operação e ou similar, com Suporte técnico.	09	09
	SERVICOS DE RADIOCOMUNICACAO assinatura mensal dos serviços de radiocomunicação que compreende a instalação, operação e manutenção de toda infraestrutura necessária para o funcionamento da rede de comunicação, composta pelos sites de repetição, antenas, repetidoras, energia, sistema de proteção, aterramento, cabeamento, ar-condicionado e demais equipamentos necessários para o pleno funcionamento do sistema.	25	25

3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

- 23.1 Deverão ser rigorosamente observadas às especificações dos equipamentos, objeto desta licitação, respeitando-se os requisitos mínimos exigidos, sem preferência de marcas;
 23.2 Serão aceitos produtos e serviços com especificações iguais, similares ou superiores, observando, no entanto, o exclusivo critério de julgamento pelo menor preço global;
 23.3 A licitação será realizada na modalidade pregão presencial.

24 DA MEMÓRIA DE CÁLCULO E UTILIZAÇÃO:

- 24.1 Os equipamentos serão utilizados para atender a comunicação entre a Central de Operações na Sede da Defesa Civil e as unidades Operacionais atendidas com o efetivo de agentes municipais visando o desenvolvimento de suas atividades e fins, conforme abaixo:

Detalhamento	Un	Qtd	Utilização
--------------	----	-----	------------



Locação de Rádio tipo Transceptor Portátil (novo), com Licença de Roaming (troca de canais), Licença Trunking, operando na faixa de UHF Digital DMR, potência de 4 watts, mínimo de 32 canais programáveis via software, classificação IP57, envio e identificação de chamada de usuários, composto por: rádio, 1 baterias, antena, carregador, clip de fixação, manual de operação; ou similar, com Suporte técnico.	Un	15	Os 15 (Quinze) Rádios tipo Transceptor Portátil serão utilizados pelos servidores da estrutura administrativas e os empregados, diariamente 24 horas por dia nas diversas atividades gerenciais e operacionais executadas pela Secretaria, tais como: Resposta a calamidades naturais ou acidentes em todas as regiões do município, mapeamento de áreas de risco, vistorias quanto de imóveis, retirada de insetos e outros; Ações de Supervisão do efetivo empregado e outros; e etc.
Locação Bateria (nova) para Rádio tipo Transceptor Portátil, bateria de no mínimo 1.800mAh, ou similar, com Suporte técnico.	Un	15	As 15 (Quinze) baterias para Rádio tipo Transceptor Portátil serão utilizadas como baterias reservas, tendo em vista a necessidade de disponibilidade dos equipamentos 24horas por dia, onde as recargas das baterias e distribuição diária dos Rádios tipo transceptor Portátil, serem gerenciadas pelo servidor Operador da Central de Operações de Comunicações.
Locação Rádio tipo Transceptor Fixo , com Licença Trunking, operando na faixa de UHF Digita DMRI, potência ajustável de 25 watts, mínimo de 32 canais programáveis via software, envio ID identificação de chamada de usuário, composto por: rádio, microfone de mão, kit de instalação, antena whip com ¼ de onda, manual de operação e/ou similar; com Suporte técnico.	Un	01	01 (um) Rádio tipo Transceptor Fixo será instalado para ser utilizado no local designado pela Secretaria.
Locação Rádio tipo Transceptor Móvel (novo) com Licença de Roaming (troca de canais), com Licença Trunking, operando na faixa de UHF Digital DMR, potência ajustável de 25 watts, mínimo de 32 canais programáveis via software, envio ID de identificação de chamada de usuário, composto por: rádio, microfone de mão, kit de instalação, antena whip com ¼ de onda, manual de operação e ; ou similar, com Suporte técnico.	Un	09	Os 09 (nove) Rádios tipo Transceptor Móvel serão instalados para serem utilizados nos veículos e viaturas empregados diariamente, que são empregados no apoio logísticos de distribuição de materiais e equipamentos.
Serviços de Radiocomunicação - assinatura mensal dos serviços de radiocomunicação que compreende a instalação, operação e manutenção de toda infraestrutura necessária para o funcionamento da rede de comunicação, composta pelos sites de repetição, antenas, repetidoras, energia, sistema de proteção, aterramento, cabeamento, ar-condicionado e demais equipamentos necessários para o pleno funcionamento do sistema.	Un	25	Serviço de modalidade de assinatura para 25 (vinte e cinco) equipamentos fornecidos pela contratada disponibilizará o serviço de infraestrutura para realizar a transmissão de voz e dados intercomunicando os equipamentos que compõe o Sistema e serão instaladas junto a uma torre de transmissão.

25 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1 Os recursos necessários à realização das despesas seguirão a conta do Programa de Trabalho e Elemento de Despesas da Defesa Civil.

Programas de Trabalho: 04.122.0095.2003

Natureza de Despesa: 339039

Fonte de recurso: 0144

Comissão Permanente de Licitação	132	SA
----------------------------------	-----	----

26 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

26.1 O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, a contar da data da ordem de execução, podendo ser prorrogado sucessivamente por igual período se assim convier as partes na forma prevista no Inciso IV, do Artigo nº 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante assinatura de Termo de Aditamento ao presente instrumento, devidamente autorizado e justificado no processo pelas autoridades competentes.

27 CRONOGRAMA

SERVIÇO	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Instalação												
Treinamento												
Locação												
Suporte												

28 DA FORMA DE PAGAMENTO

28.1 Após aferição pela fiscalização de que a conclusão do presente objeto está de acordo com as especificações técnicas e condições solicitadas, o pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas mensais, no prazo máximo de 30 dias de acordo com o serviço executado, pelo Órgão responsável da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, após emissão de nota fiscal e envio por esta de toda documentação ao pagamento ao Órgão.

29 DA ACEITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

29.1 A aceitação e fiscalização serão realizadas após os testes de todas as facilidades exigidas e especificadas neste documento, e terá o acompanhamento de servidores municipais da Defesa Civil na figura de gestor e fiscal do contrato;

29.2 É permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, nas mesmas condições de preços, fornecimentos e garantias no caso de indisponibilidade de entrega dos referidos.

29.3 Compete à fiscalização:

29.3.1 Recusar serviços que não estejam de acordo com as descrições solicitadas;

29.3.2 Os equipamentos locados deverão ser fornecidos com todos os cabos e outros elementos imprescindíveis à operação dos mesmos, bem como manuais em português;

29.3.3 A existência e atuação da fiscalização da Secretaria em nada restringe a



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVILComissão
manente

133

responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados e às consequências e implicações próximas ou remotas, perante a Municipalidade ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em corresponsabilidade do MUNICÍPIO.

30 DA CONFIDENCIALIDADE E DO SIGILO FISCAL

30.1 Todas as atividades, processos e dados realizados e/ou desenvolvido no âmbito do MUNICÍPIO, relacionadas aos serviços estão amparados pela confidencialidade e sigilo fiscal, não podendo ser divulgados pela CONTRATADA e nem pelos seus funcionários, constituindo crime a sua quebra, salvo autorização expressa do MUNICÍPIO.

31 DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

31.1 A CONTRATADA e seus profissionais deverão primar pela segurança da informação, em conformidade com as melhores práticas do mercado, às diretrizes e política de segurança do MUNICÍPIO, em relação a todo o ciclo de vida da informação e/o dado, isto é, armazenamento e/ou transporte e/ou descarte e/ou devolução.

32 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

32.1 O objeto deste termo será recebido:

32.1.1 O pagamento será mensal em parcelas fixas referentes à locação da solução (equipamento e sistema, manutenção e suporte técnico), conforme descrito na planilha de preços unitários, devidamente atestadas pelo fiscal do contrato;

32.1.2 A CONTRATADA deverá efetuar a troca dos equipamentos locados que não atenderem as especificações do objeto contratado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, a contar do recebimento da solicitação;

32.1.3 O MUNICÍPIO poderá rejeitar no todo ou em parte os equipamentos fornecidos caso estejam em desacordo com o previsto nas especificações técnicas e quantidades;

32.1.4 Os equipamentos serão entregues na Secretaria Municipal de Defesa Civil, situada na Rua Francisco Faria Barbosa, nº 200 – Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes / RJ, CEP: 28080-265, e os serviços deverão ser prestados em todos os locais onde se faça necessário fazer a utilização do sistema para atender as necessidades da Secretaria, abrangendo o perfeito funcionamento do Sistema de todo o território do Município de Campos dos Goytacazes - RJ.

33 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

33.1 Na fase de habilitação a LICITANTE deverá entregar:

a) Atestado(s) de capacidade técnica ou certidão(ões), fornecida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com firma reconhecida, apresentado(s) em papel timbrado da emitente, que comprove(m) a execução dos serviços já executados pela LICITANTE, de maneira satisfatória e compatíveis com o objeto desta licitação;

b) Atestado(s) de capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro, durante a vigência contratual, profissional de nível superior e/ou técnico em telecomunicações, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução do serviço de características semelhantes.



33.2 A comprovação de que o profissional responsável de nível superior e/ou técnico, possuidor do atestado supramencionado, integrará o quadro da Contratada durante a vigência contratual, poderá ser feita através da apresentação de um dos seguintes documentos:

33.2.1 Cópia da ficha de registro do empregado ou carteira de trabalho e Previdência Social (CTPS), quando empregado;

33.2.2 Contrato social, devidamente registrado, quando diretor ou sócio da Contratada;

33.2.3 Contrato de prestação de serviço, firmado entre a Licitante e o Responsável Técnico, com reconhecimento de firma de ambos; e

33.2.4 Declaração de contratação futura de prestação dos serviços de que trata o objeto desta licitação, com firma reconhecida da Licitante e do Responsável Técnico, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

33.3 Nos casos do subitem 33.2, deverá ser anexado o registro do profissional junto a entidade competente.

33.3.1 Declaração(ões) individual(is), por escrito e com firma reconhecida, do(s) profissional(is) apresentado(s) autorizando sua inclusão na equipe técnica e confirmando a sua futura participação na execução dos trabalhos, quando a comprovação se der na forma do subitem 33.2.3 do edital.

34 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

34.1 A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

34.1.1 Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais constantes neste documento;

34.1.2 Entregar os equipamentos locados acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

34.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, conforme descrito na garantia o equipamento e/ou componentes com avarias ou defeitos, observando as especificações técnicas dos referidos;

34.1.4 Caso necessário, comunicar à Secretaria de Defesa Civil, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;

34.1.5 A CONTRATADA deverá dispor de ferramentas necessária à execução dos serviços;

34.1.6 A CONTRATADA não poderá atender ou executar serviços que não sejam solicitados e/ou supervisionados pelo MUNICÍPIO;

34.1.7 A CONTRATADA deve garantir o comportamento ético e profissional de seus profissionais, cabendo-lhe responder integralmente por todos os danos e/ou atos resultantes de ação e/ou omissão dos mesmos;

34.1.8 São obrigações da CONTRATADA responsabilizar-se pelas despesas de estadia, alimentação, transporte, meios de comunicação, bem como todas aquelas ocasionadas com o deslocamento dos funcionários no decorrer do atendimento;

34.1.9 A CONTRATADA será responsável pelo transporte dos equipamentos, seja ele manual ou mecânico, incluindo a carga e descarga, bem como todas aquelas ocasionadas com o deslocamento dos funcionários no decorrer do atendimento;

34.1.10 É obrigatório que a CONTRATADA disponibilize para os seus profissionais crachás de identificação a serem utilizados durante o atendimento;

34.1.11 A CONTRATADA será responsável por manter os seus softwares atualizados de acordo com a legislação vigente, bem como atender as Resoluções da ANATEL e deliberação em tempo hábil e perfeitas e plenas condições de uso;

34.1.12 A CONTRATADA será responsável por fornecer ao MUNICÍPIO atualização



Comissão	515.
Ordem de	35
Licitação	54

tecnologia dos equipamentos e sistemas envolvidos;

34.1.13 A CONTRATADA deverá fornecer capacitação técnica a todos funcionários envolvidos sempre que solicitado pelo MUNICÍPIO;

34.1.14 A CONTRATADA deverá dispor de suporte técnico telefônico e via internet em horário comercial para abertura de chamado para os rádios móveis, portáteis ou fixos, caso seja, no sistema e serviço de radiocomunicação, este prazo será de no máximo de 02 horas, visto a suma importância do Sistema Operacional;

34.1.15 A CONTRATADA deverá realizar a substituição de equipamentos e/ou peças dos equipamentos em caso de problemas técnicos em até 04 (quatro) horas corridas após a abertura do chamado;

34.1.16 A CONTRATADA deverá ao término do contrato, disponibilizar todos os dados registrados no sistema em formato definido pelo MUNICÍPIO, bem como fornecer um programa que permita realizar consultas sobre esses dados;

34.1.17 A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre quaisquer informações referentes ao MUNICÍPIO;

34.1.18 A CONTRATADA deve obter anuência do MUNICÍPIO para subcontratações que ela venha a praticar;

34.1.19 O MUNICÍPIO se reserva o direito de efetuar auditoria e vistoria, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela CONTRATADA;

34.1.20 O fornecimento das licenças de uso dos softwares básicos instalados nos equipamentos necessários a execução da solução será de responsabilidade da CONTRATADA;

34.1.21 A CONTRATADA deverá fornecer no mínimo 01 (uma) cópia do módulo da Central de Despacho;

34.1.22 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa e/ou dolo na execução do estabelecido no objeto;

34.1.23 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

34.1.24 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

34.1.25 Todo e qualquer custo adicional referente à instalação, manutenção, equipamentos, mão-de-obra e outros não especificados neste descritivo, porém que seja necessário para o perfeito funcionamento do Sistema de Digital de Radiocomunicação, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não resultando em nenhum custo adicional para o Município;

35 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

35.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste documento;

35.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste documento, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

35.3 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos equipamentos fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos;

35.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

35.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecida;

35.6 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

AMR



136	
de	Comiss:
Licitação	
55	

36 GESTÃO DO CONTRATO E PENALIDADES

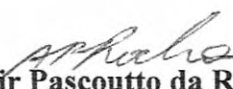
36.1 O Contrato será administrado e fiscalizado pela Secretaria Municipal de Defesa Civil, por meio de representante devidamente credenciado, com autoridade para exercer em seu nome toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

36.2 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-se, dentre outras, às seguintes penalidades, após devido processo legal, nos termos do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

37 CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

37.1 A LICITANTE vencedora do certame deverá fornecer em seu nome a Autorização ou Outorga emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, de Serviço Limitado Privado - Prestação a terceiros – Licença SLP e as suas respectivas frequências válidas para operação no Município de Campos dos Goytacazes – RJ, como condição para assinatura do contrato.

Campos dos Goytacazes/RJ, 30 de outubro de 2022.


Alcemir Pascoutto da Rocha
Secretário de Defesa Civil

Alcemir Pascoutto da Rocha
Secretário Municipal de Defesa Civil
Matr.: 40.314